



PROPOSTAS APROVADAS NO 7º FÓRUM DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

24 e 25/03/2006

- 1- Divulgar as deliberações do Conselho e mencionar o que foi encaminhado para aprovação do Prefeito.
- 2- Fazer a prestação de contas das propostas do Fórum que foram implementadas, periodicamente, através do Conselho Deliberativo do DAEP.
- 3- Desenvolver projeto e melhorar a estrutura para coleta de entulho.
- 4- Cadastrar todos os carroceiros e serviços geradores de lixo e entulho, e fazer trabalho de conscientização deles, quanto ao local e sistema de entulho.
- 5- Efetuar parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura para preparar adubo com galhos e gramas e colocar à disposição para interessados em consumir o adubo.
- 6- Elaborar estudo e projeto para captação de recursos financeiros para substituição da rede de água da área central da cidade e de toda a rede de cimento amianto existente na cidade.
- 7- Captação de recursos financeiros para melhoria da rede de esgoto.
- 8- Formar parceria DAEP / Vigilância Sanitária e Epidemiológica / Secretaria Municipal de Saúde para a realização de limpeza dos imóveis (quintais, água parada, etc).
- 9- Parceria com a FUNEPE (curso de Biologia) para aprofundar atividades referentes ao meio ambiente, sob a coordenação do Centro de Educação Ambiental (CEA).
- 10- Projeto de disque-denúncia para registrar casos de agressão ao meio ambiente.
- 11- Melhorar a fiscalização a quem polui o meio ambiente (em especial os rios) e verificar a viabilidade de aplicação de multas.
- 12- Melhorar a fiscalização das estradas rurais, a fim de evitar o assoreamento do Ribeirão Lajeado e seus efluentes.
- 13- Conscientização dos proprietários rurais, parceria com usinas de cana de açúcar e Prefeitura quanto à conservação das estradas vicinais.



7º Fórum de Saneamento e Meio Ambiente

Dias 24 e 25 de março de 2006.

Penápolis – SP.

- 14- Desenvolver estudos sobre loteamentos já aprovados na zona rural (chácaras), para quando se tornar urbana (caso das atuais fossas).
- 15- Intensificar a solicitação e captação de recursos junto aos órgãos governamentais. (DAEP / PMP).
- 16- Estabelecer percentual fixo de investimento anual proporcional à receita do DAEP.
- 17- Criação de um Conselho Municipal de Saneamento Ambiental.
- 18- Maior fiscalização na área de meio ambiente e conscientização do munícipe e indústrias com relação ao tratamento de esgoto e utilização da água através de campanhas impactantes.
- 19- Legislação que permita ao DAEP aplicar multa quando houver desperdício da água (lavar carro, calçada, etc.).
- 20- Buscar novas formas de obter recursos financeiros para o C.I.R.L., para agilizar os trabalhos de conservação e recuperação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado.
- 21- Reforçar e retomar a campanha de conscientização da Coleta Seletiva.
- 22- Criação de postos de descargas de entulhos, juntamente com uma lei que fiscalize e puna o não cumprimento da mesma.
- 23- Cuidados maiores na Bacia do Lajeado, envolvendo o usuário da região, como por exemplo, produtores rurais, postos de gasolina, sugerindo a captação e reservação de água de chuva para lavagem de equipamentos de aplicação de agrotóxicos e outros poluentes.
- 24- Estabelecer estudos para coleta e destinação finais de produtos elétricos e eletrônicos e embalagem de agrotóxicos.
- 25- Estudo de viabilidade do uso e aproveitamento do lodo das lagoas de tratamento para adubo orgânico.
- 26- Viabilidade jurídica para acesso do DAEP às indústrias a qualquer momento, fiscalizando a descarga dos efluentes industriais nas lagoas.
- 27- Aumentar a participação popular no Conselho Deliberativo do DAEP.
- 28- Criação de um fundo específico para investimentos, estabelecendo uma porcentagem mínima de 10% com relação à receita, nas ações constantes do Plano Municipal de

DAEP – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis

Avenida Adelino Peters, 217 – Jardim São Vicente – CEP: 16300-000 – Penápolis – SP

C.N.P.J.: 49.576.614/0001-05 – Inscrição Estadual: 521.119.916.110

Telefones: (18)3654-6100 / 0800-170-195 – www.daep.com.br – daep@daep.com.br



Saneamento Ambiental.

- 29- Ampliar o atendimento, através do C.I.R.L, aos proprietários agrícolas que não possuem máquinas para trabalhos de curva de nível e bacias coletoras de águas pluviais.
- 30- Capacitação técnica na elaboração de projetos para solicitação de recursos financeiros.
- 31- Acompanhamento rigoroso do plantio e crescimento da mata ciliar com mudas nativas.
- 32- Fazer diagnóstico sobre o impacto social decorrente da monocultura da cana-de-açúcar para auxiliar em todas as decisões que serão tomadas, visando não prejudicar a população menos favorecida (taxas, novas despesas, etc).
- 33- Estudo de programa de financiamento de incentivo à aquisição de caixa d'água em habitações desprovidas deste equipamento, sobretudo nas camadas mais populares.
- 34- Otimizar o trabalho dos agentes ambientais mirins para haver maior fiscalização das ações ambientais.
- 35- Estudos técnicos para viabilizar (recursos próprios, convênios ou recursos de empresários do ramo) a construção de lagoa específica para esgoto de efluentes industriais, que atualmente já comprometem o funcionamento das lagoas existentes.
- 36- Montar, “imediatamente”, projetos técnicos com orçamentos e mostrando a estrutura atual do DAEP, que é padrão nacional, e buscar recursos para as obras necessárias.
- 37- Melhorar a divulgação dos pontos para disposição de entulhos e galhos, além de reuniões com todos os carroceiros da cidade.
- 38- Ampliar a divulgação do diagnóstico do saneamento ambiental atual para toda a população.
- 39- Aplicar com mais rigor a legislação que obriga a limpeza de terrenos vagos (tanto para particulares quanto para os públicos).
- 40- Viabilizar a implantação da usina de compostagem e verificar a viabilidade na sua implementação com o Colégio Técnico Agrícola.
- 41- Fiscalização intensiva dos bolsões de entulho.
- 42- Criação de um fundo de investimento e de um conselho gestor com participação de



- vários segmentos da sociedade, com conhecimento técnico de gestão financeira, objetivando os investimentos do setor.
- 43- Criação de uma lei municipal que dê ao DAEP poder de fiscalização e punição quanto ao efluente industrial.
 - 44- Buscar parcerias permanentes com ONG'S, associações, iniciativa privada, Flora Tietê, produtores rurais e outras.
 - 45- Maior divulgação do Consórcio Ribeirão Lajeado.
 - 46- Aumentar o quadro de servidores do Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado.
 - 47- Elaboração de diagnóstico da situação atual das águas pluviais (drenagem urbana).
 - 48- Estudo de viabilidade de aquisição de máquinas para fabricação de sacos plásticos que são distribuídos pela CORPE (saco vermelho).
 - 49- Consultar universidades com equipe técnica para fazer um estudo dos problemas decorrentes da drenagem urbana.
 - 50- Buscar outras alternativas de armazenamento de água: cisternas (captar água de chuva) e viabilizar a implantação em todos os núcleos de habitação (tipo CDHU), com o acompanhamento técnico quanto à sua execução, manuseio e manutenção.
 - 51- Revisão do sistema tarifário progressivo da cobrança da água, com incentivo de desconto para quem consome menos e que discipline os reajustes de tarifas.
 - 52- Implantar melhorias no sistema de manutenção das redes de água, a fim de evitar perdas.
 - 53- Revisão na legislação municipal sobre o despejo de águas pluviais na rede de esgoto, com incremento da fiscalização.
 - 54- Que o município, através do DAEP, tenha um programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.
 - 55- Rever a política de gerenciamento da CORPE, de forma a otimizar a coleta seletiva.
 - 56- Ampliar as ações do CEA de forma a atingir todos os segmentos da sociedade (em especial a população adulta), com aplicação de recursos e materiais.
 - 57- Realizar campanha educativa junto aos supermercados para redução do uso de sacolas plásticas.



7º Fórum de Saneamento e Meio Ambiente

Dias 24 e 25 de março de 2006.

Penápolis – SP.

- 58- Os postos de combustível deverão usar água que não seja tratada, para limpeza de carros.
- 59- Elaborar projetos de lei para que o DAEP possa fiscalizar o desperdício de água nos postos de combustível.
- 60- Aumentar a reservação de água como medida paliativa, melhorando o sistema de manutenção dos mesmos.
- 61- Criação de lei municipal, permitindo multas pesadas para as indústrias que não cumprem as normas de pré-tratamento dos efluentes.
- 62- Viabilizar estudos técnicos com efluente de esgoto para irrigação na agricultura, utilizando a Escola Técnica Agrícola, como campo de fase experimental.
- 63- Organizar programa de envolvimento popular, junto ao DAEP e CEA, para incentivar na população o surgimento de novas lideranças de bairro, enfocando as discussões ambientais.
- 64- Criar área restrita para instalação de novas indústrias, para que o DAEP consiga coletar e tratar os efluentes industriais diferencialmente.
- 65- Implementar uma diretoria no DAEP para gerenciar os resíduos sólidos.
- 66- Melhorias no sistema de manutenção dos reservatórios de água.
- 67- Viabilizar estudos junto a FUNASA sobre a possibilidade de implantação de estação compacta de tratamento de esgoto.
- 68- Viabilizar estudos para mapeamento de vazamentos de redes.
- 69- Incentivar o direcionamento do crescimento da cidade para áreas que já possuem infra-estrutura adequada.
- 70- Inclusão dos catadores clandestinos a CORPE.
- 71- Criação de lei que permita multar quem acumula lixo (reciclável ou não).
- 72- Criação de um fundo de reserva em relação ao arredondamento cobrado na conta de água, destinando-o a algum tipo de investimento.
- 73- Trabalho de conscientização da população feito pelo CEA, Prefeitura e meios de comunicação (rádios e jornais), referente ao uso correto da água (urgente).
- 74- Aumentar a capacidade da E.T.A (a curto prazo).

DAEP – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis

Avenida Adelino Peters, 217 – Jardim São Vicente – CEP: 16300-000 – Penápolis – SP

C.N.P.J.: 49.576.614/0001-05 – Inscrição Estadual: 521.119.916.110

Telefones: (18)3654-6100 / 0800-170-195 – www.daep.com.br – daep@daep.com.br



- 75- Criação de novos reservatórios junto com a construção de novos loteamentos por região (a curto prazo).
- 76- Criação de lei municipal que responsabilize a indústria pelo lançamento de seus resíduos, havendo uma cobrança proporcional ao resíduo poluidor lançado.
- 77- Criação de uma nova forma de pré-tratamento dos resíduos industriais, em parceria com o DAEP.
- 78- Criação de um disque-denúncia que possa informar ao DAEP as irregularidades das indústrias.
- 79- Viabilizar uma nova área para o aterro sanitário, a curto prazo.
- 80- Parceria do DAEP com os carroceiros, ajudando na limpeza da cidade, retirando lixo das residências e evitando que joguem em terrenos baldios, além de gerar emprego aos carroceiros. Posteriormente, depositar este lixo em lugar apropriado, tendo uma pessoa responsável por esse recebimento.
- 81- Recolher, armazenar e vender os pneus para indústrias especializadas, arrecadando verbas para benefício do município.
- 82- Responsabilizar organizadores de eventos com animais, em qualquer ponto da cidade, pela limpeza do local ao término do evento.
- 83- Conscientizar a população quanto à importância do saneamento em diversas reuniões que ocorrerão durante o ano nos bairros.
- 84- Criar, através de estudos, pontos de vazões pelo córrego Maria Chica, para ajudar na drenagem do mesmo.
- 85- Criação de postos de entrega de baterias, pilhas e lâmpadas, sendo posteriormente encaminhado pelo DAEP para um depósito específico.
- 86- Estudos específicos para uma drenagem eficaz em loteamentos novos.
- 87- Implementar de imediato a mata ciliar nas nascentes, tornando uma área de preservação permanente na nascente do Ribeirão Lajeado.
- 88- Preservação do plantio da mata ciliar com mudas plantadas, de preferência frutíferas, obedecidos aos critérios técnicos e com fiscalização efetiva; e criação de um parque ecológico para preservação das nascentes do Ribeirão Lajeado.



- 89- Parceria do DAEP, CETESB e Vigilância Sanitária, para fiscalização das empresas poluidoras.
- 90- Que as empresas poluidoras instalem-se em local definido pelo Plano Diretor, facilitando sua adequação ao sistema de tratamento existente.
- 91- Otimizar o trabalho da CORPE incentivando os bairros que mais separam o lixo.
- 92- Apresentação em plenária (na Câmara), dos aumentos da água (audiências públicas).
- 93- Aumentar em 3 (três) os representantes da sociedade no Conselho Deliberativo, mantendo a paridade.
- 94- Adequação do organograma com a nova realidade do Daep (forma holística).
- 95- Realização de uma grande campanha para informar a população:
- ! Utilização da água de forma adequada;
 - ! Divulgação dos dados sobre o consumo da água, da capacidade de tratamento do esgoto e da situação ambiental do Ribeirão Lajeado.
- 96- Formar uma comissão de técnicos do DAEP para pesquisar a existência de tecnologias para a reutilização da água (no país e fora do país), e que seja divulgada para toda a população. Na falta de água, no futuro, que o DAEP conte com equipamentos para o reaproveitamento da água.
- 97- Que o município incremente as ações em favor do meio ambiente, através da Secretaria de Meio Ambiente já existente, do DAEP, Consórcio e CEA tendo como objetivo a descentralização de Licença Ambiental para o município.
- 98- Que o DAEP assuma a elaboração de estudos de macro-drenagem para definição de uma política municipal de drenagem, e defina e esclareça de quem será a responsabilidade da implementação das ações.
- 99- Que o DAEP providencie, através de lei, a substituição dos hidrômetros com vida útil superior a 10 (dez) anos, estimados em 13.000 hidrômetros. Os custos serão dos proprietários, parcelados nas contas; porém nos casos comprovados como carentes, os custos serão assumidos pelo DAEP.
- Os novos hidrômetros terão prazo de validade fixado, ficando por conta do contribuinte a sua substituição.



7º Fórum de Saneamento e Meio Ambiente

Dias 24 e 25 de março de 2006.

Penápolis – SP.

100-Que todas as propostas do 7º Fórum de Saneamento e Meio Ambiente, que demandam de estudos de projetos, sejam apresentadas quando possível, no próximo Fórum.

101-No próximo Fórum, sejam apresentadas aos participantes as propostas aprovadas e não colocadas em prática.

102-Elaborar estudo técnico, pelo DAEP ou empresa contratada, para nova fonte de captação. Os estudos deverão ser apresentados no VIII Fórum. Deverá, ainda, ser formado comitê de acompanhamento para implantação dos estudos.

Garantir cronograma que estipule 20% (vinte por cento) de aplicação dos investimentos em administrações posteriores.

103-Adotar os novos critérios, já aprovados, para eleição dos membros ao Conselho Deliberativo do DAEP:

- ! A eleição do Conselho deve continuar sendo durante a realização do Fórum;
- ! As inscrições se encerrarão após o término dos trabalhos em grupo;
- ! O candidato deverá permanecer no Fórum até o final dos trabalhos, sob pena de ter a sua inscrição cancelada;
- ! Não poderão votar e ser votados os servidores do DAEP, PMP, EMURPE e CONSÓRCIO RIBEIRÃO LAJEADO.

104-Parceria com estabelecimentos comerciais e industriais para substituição dos sacos de coleta da CORPE.

105-Aperfeiçoar o sistema da coleta seletiva, com estudo para coordenar o trabalho em turnos ou mesmo criar outro grupo para recolher mais material, evitando o depósito de reciclável no aterro, aumentando a sua vida útil.

106-Que a troca das tubulações do centro da cidade e da Vila Fátima somente sejam executadas juntamente com a aprovação de um projeto de reurbanização das áreas afetadas. Que a confecção deste projeto atente para a participação dos profissionais do município, com premiação ao melhor projeto.

DAEP – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis

Avenida Adelino Peters, 217 – Jardim São Vicente – CEP: 16300-000 – Penápolis – SP

C.N.P.J.: 49.576.614/0001-05 – Inscrição Estadual: 521.119.916.110

Telefones: (18)3654-6100 / 0800-170-195 – www.daep.com.br – daep@daep.com.br